

HABEAS CORPUS Nº 515.363 - SP (2019/0168048-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CARLOS ALBERTO FROIO COELHO DORTA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FROIO COELHO DORTA - SP299576
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS FERREIRA DA CRUZ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, impetrado em benefício de **MARCOS FERREIRA DA CRUZ**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a d. Defesa do paciente, durante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri, requereu a retirada das algemas, o que foi indeferido, sob a seguinte fundamentação (fl. 22): "*O advogado do réu requereu que ele permanecesse sem as algemas durante o julgamento, o que não foi autorizado pela MM.^a Juíza, com fulcro no artigo 474, §3º do Código de Processo Penal, em razão da absoluta necessidade de sua utilização para a ordem dos trabalhos, da segurança das testemunhas e da garantia da integridade física dos presentes e do próprio réu. Nesse sentido, destacou a MM.^a Juíza presidente que a escolta relatou encontrar-se em número insuficiente de agentes para garantir a segurança de todos, considerando o público presente (plenário cheio). Ademais, a exposição da acusação poderá trazer certa intranquilidade ao réu, considerando ainda que ele ostenta histórico de outras agressões, de modo que fica inviabilizada a retirada de suas algemas*" (grifei).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de apelação, alegando, em preliminar, a nulidade acima, **a qual foi afastada e o recurso desprovido**, nos termos abaixo (fls. 6-12):

"2. A preliminar aventada não se sustenta.

O uso de algemas restou bem justificado na Ata de Julgamento de fls. 476/7vº, consignando a douta Magistrada que a medida destinava-se sobretudo à garantia da integridade física das pessoas que trabalham e frequentam aquela unidade judiciária.

E, como já decidido pela C. Terceira Câmara Criminal, “competete ao Juízo o poder de polícia nas sessões do Júri, pelo que deve tomar todas as cautelas necessárias a fim de evitar possível fuga do acusado ou distúrbio ocasionado por eventual exteriorização de rebeldia ou agressividade.

Tudo com esteio no artigo 497, inciso I, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido: 'JÚRI - Uso de algemas durante o julgamento pelo Tribunal do Júri Constrangimento ilegal Inexistência Artigo 497, I, do CPP. A jurisprudência pretoriana tem afirmado o entendimento de que não configura constrangimento ilegal a manutenção do réu algemado durante a sessão plenária do Tribunal do Júri se esta medida for necessária ao bom andamento e segurança do julgamento, bem como das pessoas que nele intervêm. Enquanto não regulamentado por lei o uso de algemas, o emprego deste meio de contenção, em nada incompatível com o princípio da inocência, deve ficar ao prudente arbítrio do Juiz-Presidente do Júri, a quem compete a polícia das sessões. Inteligência do art. 497, I do CPP' (STJ, RHC nº 6.922 - RJ - Rel. Min.

Vicente Leal)” - Apelações Criminais nºs 993.05.023358-8 (Comarca de Agudos j. em 29/06/2010), 990.09.119450-6 (Comarca da Capital, j. em 11/01/2011) e 990.10.532623-4 (Comarca de Guarulhos, j. em 30/08/2011)”

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa sustenta, em síntese, que o d. Juízo **a quo** não apontou elementos concretos à manutenção das algemas, tão somente apresentando decisão padronizada.

Aduz que o uso de algemas é exceção e que havia realizado tal pedido com antecedência.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem para “o reconhecimento da nulidade da sessão de julgamento do tribunal do júri, determinando-se um novo julgamento, mas com a retirada das algemas” (fl. 5).

É o relatório.

Decido.

Verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser oportunamente analisado, após devida instrução dos autos e oitiva do d. Ministério Público Federal.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO. 1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar. 2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância. 3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)*

*"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada. 2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)*

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

